

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social

**CONDICIONANTES DA ABSTENÇÃO ELEITORAL EM
CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19**

Rio de Janeiro, RJ

2022

MARIA CLARA DE SOUSA PIMENTEL

CONDICIONANTES DA ABSTENÇÃO ELEITORAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Souza Corrêa

Rio de Janeiro, RJ
2022

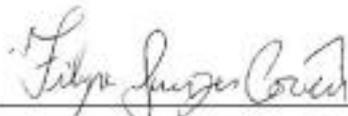
MARIA CLARA DE SOUSA PIMENTEL

**CONDICIONANTES DA ABSTENÇÃO ELEITORAL EM
CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

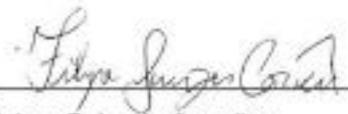
Apresentado em: 05/08/2022

BANCA EXAMINADORA



Filipe Souza Corrêa

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Nelson Rojas de Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRJ



Fernando Meirelles

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP

CIP - Catalogação na Publicação

P644c Pimentel, Maria Clara de Sousa
Condicionantes da abstenção eleitoral em contexto
de pandemia de COVID-19 / Maria Clara de Sousa
Pimentel. -- Rio de Janeiro, 2022.
32 f.

Orientador: Filipe Souza Correa.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2022.

1. Eleições municipais - Brasil - 2020. 2.
Abstenções. 3. Pandemias . 4. COVID-19 (Doença). 5.
Brasil - Política e Governo - 2020. I. Correa,
Filipe Souza, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Não é possível expressar em palavras a alegria de ter vivido a graduação de Gestão Pública em uma das maiores universidades do Brasil. É um verdadeiro sonho idealizado muito antes de 06/03/2017 e que foi realizado com o sentimento de dever cumprido.

Seria injusto começar os agradecimentos sem citar os nomes dos meus pais Christiane e Wagner Pimentel, meus maiores fãs e ídolos. Figuras que sempre lutaram para que eu e minha irmã Carolina tivéssemos acesso às condições de estudo ótimas e deram tudo para que eu tivesse apoio para conseguir correr atrás dos meus objetivos. Além deles, meus avós Edvaldo, Marlene, Elizabeth e Ivan, que são verdadeiros exemplos de paternidade/maternidade e servem como espelho para todos os âmbitos da minha vida, inclusive acadêmico e profissional.

Por último, agradeço aos servidores e professores que fizeram parte da minha trajetória, em especial ao meu orientador Filipe Souza Corrêa. Antes mesmo de mim, acreditou no meu potencial de aprender e trabalhar com algo completamente novo como o software R e me deu suporte durante todo o tempo de construção deste artigo, durante altos e baixos. Jamais vou esquecer a euforia que foi ouvir você me incentivar a trabalhar um tema que pensei que fosse impossível já no nosso primeiro encontro, serei eternamente grata pelo trabalho impecável que fez comigo durante a orientação, você foi essencial!

Tive a honra de ser bolsista de extensão, diretora da Ânima Pública e A.A.A.GPDES, conhecer grandes amigos e colecionar momentos incríveis que estarão marcados na minha história e memória eternamente graças à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Obrigada por resistir, universidade tão amada por mim e defendida pelos que a compõem, que venham mais 100, 200, 300 anos de ensino público, pesquisa e extensão de qualidade.

Finalizo ao deixar minha singela lembrança de todas as vidas que perdemos para a COVID-19 e à dor daqueles que ficaram. A negligência de alguns gestores públicos durante a pandemia denuncia a necessidade de profissionais que valorizam, de verdade, a proteção da vida e manutenção do bem-estar social através de políticas públicas bem construídas e implementadas.

RESUMO

Ao explorar teorias da ciência política que tem o absenteísmo no país como objeto, este trabalho tem como objetivo analisar condicionantes que podem ter interferido na presença ou abstenção de eleitores brasileiros durante as eleições municipais de 2020, impactadas de forma direta pela pandemia da COVID-19 sob normas de segurança de prevenção de contágio. São estas variáveis: i) o tamanho populacional das cidades; e ii) bolsonarismo. Através do cruzamento e análise de dados agregados das eleições, é gerada a possibilidade de traçar evidências de alguns comportamentos de acordo com o perfil político assumido em 2018 e o risco de saúde possivelmente enfrentado por eles em 2020, potencializado pelo tamanho populacional da cidade em que vive. Afinal, as cidades bolsonaristas, de pequeno ou grande porte, compareceram mais às urnas nas últimas eleições municipais?

Palavras-chaves: pandemia; COVID; abstenção; bolsonarismo; eleições municipais de 2020.

ABSTRACT

By exploring theories of political science that have absenteeism in the country as an object, this work aims to analyze conditions that may have interfered with the presence or abstention of Brazilian voters during the 2020 municipal elections, directly impacted by the COVID-19 pandemic under contagion prevention safety standards. These variables are: i) the population size of cities; and ii) Bolsonarism. Through the crossing and analysis of aggregated data from the elections, the possibility is generated to trace evidence of some behaviors according to the political profile assumed during 2018 and the health risk possibly faced by them in 2020, potentiated by the population size of the city where they live. After all, did the Bolsonarista cities, small or large, turn out more to the polls in the last municipal elections?

Keywords: pandemic; COVID; abstention; bolsonarism; 2020 municipal elections.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Taxa de abstenção eleitoral ao longo dos anos	2
Gráfico 2: Nível de confiança na segurança das eleições 2020 a partir do porte da cidade	11
Gráfico 3: Variação da abstenção das últimas eleições municipais classificados por faixas etárias	17
Gráfico 4: Comparação da abstenção nas duas últimas eleições de acordo com a faixa populacional da cidade	20
Gráfico 5: Porcentagem de abstenção em 2016 das cidades do Brasil em comparação a como elas votaram em Bolsonaro em 2018	21
Gráfico 6: Porcentagem de abstenção em 2020 das cidades do Brasil em comparação a como elas votaram em Bolsonaro em 2018	22
Gráfico 7: Comparação da porcentagem de votos no Bolsonaro e abstenção 2020 em todas as faixas populacionais	23
Gráfico 8: Comparação da porcentagem de votos no Bolsonaro e abstenção 2020 na última faixa populacional	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 O debate sobre a abstenção como alienação eleitoral no Brasil	5
2.2 Expectativas para as eleições de 2020	8
2.3 Como o apoio eleitoral a Bolsonaro em 2018 pode ter relação com comportamento político absentista em 2020?	12
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	14
4 RESULTADOS	18
5 CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

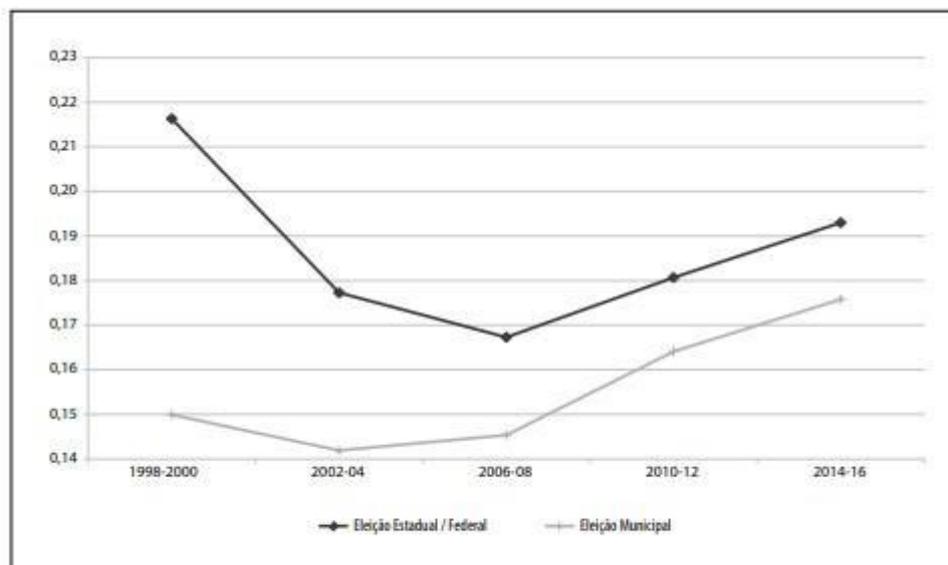
A abstenção, assim como os votos brancos e nulos, é uma forma de comportamento em que o eleitor decide não votar nos candidatos que estão na corrida política. Apesar das variantes institucionais, como voto facultativo ou obrigatório, a abstenção do processo eleitoral é um fenômeno pertinente em diversos países democráticos, como sinalizado por Luiz Felipe Miguel:

A capacidade de supervisão dos constituintes sobre seus representantes é reduzida, devido a fatores que incluem a complexidade das questões públicas, o fraco incentivo à qualificação política e o controle sobre a agenda. Nas últimas décadas, na maior parte dos países de democracia concorrencial, isto levou ao aumento do desencanto com os mecanismos representativos, sinalizado pelo aumento dos índices de abstenção eleitoral, pela erosão das lealdades partidárias e por manifestações de alienação. (MIGUEL, 2005, p. 04)

No Brasil, na primeira eleição depois da ditadura militar, diante de um contexto de retomada do direito de voto direto pela população, polarização ideológica e o uso intensivo de marketing eleitoral por Collor, 18,3% do eleitorado decidiu não ir votar no primeiro turno. Nas duas eleições presidenciais seguintes foram apresentados níveis ainda maiores de abstenção (21,03% em 1994 e 22,54% em 1998), entretanto logo em 2002 é possível analisar a queda desta taxa, numa disputa acirrada entre Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra sendo uma das eleições que serve de base para o fato que eleição mais polarizada e concorrida implica maior participação eleitoral, ou seja, o grau de competição de uma eleição tem impacto direto sobre a taxa de participação (Miguel, 2004).

Como demonstrado no gráfico 1, desde as eleições municipais de 2004 e presidenciais de 2006 há, de novo, um crescimento na taxa de abstenção eleitoral.

Gráfico 1: Taxa de abstenção eleitoral ao longo dos anos



Fonte: Dados CESPESP-DATA/FGV e repositório de dados eleitorais do TSE. Banco de dados próprio.

Fonte: Fernandes (2017, p. 63).

Observadas as tendências gerais, já era esperado o aumento desta taxa nas eleições estaduais/nacionais seguintes do gráfico, em 2018. Essa expectativa foi cumprida ao termos esta taxa em torno de 20,3% após todas as urnas serem apuradas. Logicamente, o mesmo movimento também era conjecturado nas eleições municipais de 2020, mas um novo acontecimento neste ano intensificou ainda mais os rumos da história da análise da taxa: A pandemia da COVID.

A crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19 provocou impactos significativos em diversos âmbitos da rotina, pois, para garantir a proteção da população com a diminuição do contágio, normas rígidas de segurança e distanciamento eram necessárias. Esta nova realidade passou a fazer parte do cotidiano das pessoas desde Março de 2020, conseqüentemente, considerou-se a hipótese de que o contexto de vigência das regras de isolamento social tenha influenciado inclusive as eleições em novembro de 2020, oito meses após as primeiras orientações oficiais para a manutenção do isolamento social.

Portanto, ainda que seja um elemento de rotina democrática, as eleições municipais de 2020 ocorreram de forma atípica por serem as únicas que aconteceram durante um momento crítico da pandemia, quando ainda não havia previsão da

chegada das vacinas imunizantes para a doença. Por isso, a análise das suas condições e consequências são tão importantes para a compreensão de um aspecto significativo do funcionamento do sistema político brasileiro.

Diante deste cenário, existem algumas condicionantes que podem estimular ainda mais o não comparecimento dos eleitores nas eleições realizadas em Novembro de 2020, como a idade, por exemplo, já que pessoas com mais de 60 anos são classificadas dentro do grupo de risco da COVID. Para essas pessoas, podemos considerar um grave risco em comparecer ao seu local de votação, pois necessariamente entrariam em contato com aglomerações, no trajeto ou dentro dos locais de votação.

Este artigo explora duas condicionantes de cunhos diferentes, de natureza sócio-demográfica e ideológica. Em relação às condicionantes sociodemográficas, o objetivo é tentar entender analiticamente como o tamanho populacional de uma cidade pode despertar mais medo na população de ir às urnas votar durante a pandemia de uma doença que é transmitida por contato. Já, em relação às condicionantes ideológicas, consideramos o efeito do bolsonarismo sobre o comportamento político de parte significativa da população. Essa hipótese se justifica pelo fato do atual presidente, Jair Bolsonaro, ter feito diversas declarações criticando o isolamento social e contestando a importância da vacinação para COVID. Portanto, podemos considerar a hipótese de que o seu discurso negacionista tenha se refletido na abstenção das cidades que mais votaram nele na eleição presidencial de 2018.

A partir da investigação própria de dados de fontes como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este estudo pretende observar o comportamento eleitoral baseado na exploração das duas condicionantes exploradas através de gráficos de dispersão e análise descritiva.

O artigo está organizado em três partes: a primeira apresenta os estudos da ciência política sobre a abstenção eleitoral no Brasil e contextualiza a principal eleição analisada, 2020; a segunda discute as questões metodológicas envolvidas no trabalho, mostrando como o objeto de estudo foi construído, e expondo o caminho percorrido com os dados dentro do software R; a terceira mostra os resultados da

análise, destacando as evidências que podemos deduzir a partir deles, bem como as perguntas que estimulam explorações futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O debate sobre a abstenção como alienação eleitoral no Brasil

Absenteísmo, voto branco e nulo, ou seja, os três comportamentos eleitorais em que o eleitor escolhe não votar em nenhum dos candidatos na corrida política, são mensurados por vários autores como o fenômeno de alienação eleitoral, que apesar de amplamente estudado, historicamente foi tratado de forma secundária pela literatura, aparecendo “[...] como parte de trabalhos mais gerais sobre o sistema eleitoral e partidário” (COSTA, 2006, p. 187). Na literatura este termo já foi interpretado de maneira depreciativa porque remetia a uma ausência de consciência/desconexão mental com a realidade. Por isso a autora Ramos (2006, apud OLIVEIRA, 2006) prefere o termo “alheamento eleitoral”, definido como “a manifestação, em uma eleição, de indivíduos que não escolhem um representante político para exercer o poder”. Para ela, o termo “alheamento” não significa o mesmo que “alienação”, apesar de ambos advirem do vocábulo latino *alienare*, já que o primeiro termo é um comportamento, ou seja, não está imbuído das complexidades que caracterizam a subjetividade da alienação”. Neste trabalho a definição de alienação cultural é adotada da mesma forma que em Santos (1987) e Reis (1991, p.19), para quem “o termo alienação eleitoral não deve ser entendido no seu sentido pejorativo, significando tão somente uma atitude explícita de não-participação”.

Durante mais de quatro décadas de estudos no campo da Ciência Política existem algumas linhas de investigação para compreender o que leva a um eleitor decidir ir (ou não) votar e alguns outros pontos da análise do comportamento eleitoral. Na obra “As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil”, Julian Borba (2008, p. 135) trás duas principais teorias: As teorias da escolha racional (TER) e as teorias da cultura política.

A Teoria da Escolha Racional é uma proposta epistemológica que pretende deduzir as preferências dos atores sociais de indivíduos a partir do comportamento manifesto, considerando como pressuposto que esses atores portam uma racionalidade estratégica como fundamento. Aplicada à decisão eleitoral, a TER é representada na obra de Anthony Downs (1998) em que, segundo o autor, o

comparecimento (ou não) do eleitor é considerado a partir de um cálculo em que os benefícios de ir votar são maiores que seus custos.

Tal perspectiva é contraposta pela ideia da teoria da cultura política, que defende que as escolhas são produtos de valores e crenças compartilhadas pelos indivíduos, entendendo a função do contexto sócio-econômico/demográfico para as tomadas de decisão. Por isso, para a análise política do comportamento eleitoral é necessário pensar nestes contextos que são exemplificados a partir do papel da classe social, da escolaridade e da renda (como proxies para o grau de sofisticação política do indivíduo) para se entender a decisão do eleitor em não participar ou rejeitar as opções de voto. Ao contrário da TER, que entende a questão da decisão do comparecimento eleitoral de forma individualizada, a teoria da cultura política permitiria considerar aspectos explicativos mais amplos, incluindo o contexto social, o pertencimento a grupos sociais e etc.

Analisando as referências bibliográficas nacionais, os autores costumam dividir seus pensamentos entre as duas teorias. Wanderley Guilherme dos Santos, Olavo Brasil de Lima Junior e Jairo Marconi Nicolau são três dos principais racionalistas fortes, ou seja, que defendem a primeira teoria explicada. Mesmo com suas discordâncias, sustentam suas visões analíticas tomando como base o cálculo que o eleitor faz entre os custos da participação e os resultados esperados. Se, nesse caso, os ganhos (resultado esperado do voto) forem maiores que os custos (incluindo a incerteza do resultado da sua contribuição individual), ele vota, caso contrário, se comporta de forma alienada. (BORBA, 2008, p. 139).

Em sua nota de pesquisa “Alienação eleitoral e seus determinantes”, Lima Júnior (1990) destaca que os determinantes da abstenção são de ‘natureza ecológica’, ou seja, dizem respeito às condições de acesso às urnas, enquanto os votos brancos e nulos estão associados a atributos sócio-econômicos de natureza individual, como a identificação (ou não) com o discurso político dos candidatos e partidos na corrida eleitoral. Por terem motivações distintas, mesmo que a decisão de ir votar e a decisão sobre como votar sejam diretamente relacionadas, podem ser comportamentos analisados de forma separada. O autor busca corroborar sua hipótese ao fazer comparações temporais nos níveis de abstenção em diversos panoramas sociais, como a dimensão territorial. Ou seja, de acordo com esta perspectiva, regiões com

grandes áreas apresentam maiores taxas de abstenção, evidenciando o pensamento do eleitor ao medir os impactos e custos físicos (e de saúde, como das eleições durante a pandemia) do seu deslocamento até às cabines eleitorais, que nos casos das cidades mais extensas, por exemplo, pode ser um importante obstáculo para ir votar. No entanto, há que se considerar que o custo do deslocamento tende a ser um limitador menor desde o recadastramento dos eleitores realizado a partir da implantação da biometria. Com isso, a oferta de locais de votação próximos às residências dificulta a aplicação desta justificativa.

Ao longo deste artigo a abstenção eleitoral nas eleições de 2020 será analisada a partir de duas condicionantes de naturezas diferentes¹, sendo elas: sociodemográfica e ideológica. A primeira é o tamanho populacional das cidades brasileiras, que serão divididas em faixas com a finalidade de facilitar o processo e visualização de análise de dados a nível nacional; e, a segunda, o percentual pelas cidades de apoio eleitoral a Bolsonaro nas eleições de 2018, que acompanha um fenômeno político de extrema-direita com princípios bem definidos como conservadorismo, militarismo e nacionalismo. Portanto, o voto neste candidato expressa ao menos algum grau de proximidade ou tolerância com os valores conservadores defendidos.

Para este trabalho, argumenta-se que nenhuma das duas teorias apresentadas conseguiria, de forma isolada, explicar a escolha de ir ou não votar em 2020, pois, mesmo que o eleitor se baseie no cálculo de custo-benefício do voto para tomar esta decisão, a proximidade ideológica, definida de maneira agregada a partir dos resultados eleitorais de 2018, também poderia indicar um efeito do discurso político bolsonarista na decisão enfrentada pelo eleitor. Sendo assim, a abstenção deve ser considerada como um comportamento que passa a ter um sentido político em momentos históricos distintos, diferentemente do que as teorias da escolha racional e da cultura política tentam analisar de forma isolada. Em razão da metodologia escolhida e das limitações da pesquisa realizada para este trabalho, não é possível

¹ Os dados dos municípios serão explorados de forma agregada, portanto, não é possível expressar uma explicação individual, apenas uma associação possível entre as variáveis no nível agrupado. O que indica um inevitável desdobramento das explorações para trabalhos com um desenho de pesquisa que permita essa exploração do comportamento individual nas cidades. A discussão mais detida sobre o assunto será apresentada na seção de metodologia.

explicar por completo o comportamento absenteísta de 2020; no entanto, foi possível concluir da análise que as duas teorias combinadas trazem contribuições importantes para explicar a decisão da opção de ir ou não às urnas votar nessas eleições.

2.2 Expectativas para as eleições de 2020

Mesmo diante de vertentes teóricas de análise distintas para tentar explicar as motivações geradoras da abstenção eleitoral, os estudos que abrangem o tema partem do fato de que os percentuais de não comparecimento estão em aumento histórico, como evidenciado no gráfico 1 apresentado na introdução deste trabalho. Nas eleições federais há uma queda significativa no primeiro intervalo entre as eleições federais (1998 a 2002) e municipais (2000 a 2004) e em seguida dessa alteração inicial, observa-se comportamentos diferentes nos dois âmbitos. Nos pleitos municipais, é possível observar um aumento contínuo da taxa de abstenção, enquanto nas eleições estaduais/nacionais houve mais uma queda no período de 2002 a 2006, e logo depois nas eleições de 2010 já começa a acontecer o mesmo aumento gradual. De forma resumida, a hipótese para tentar explicar esta diferença entre os comportamentos das eleições federais e municipais é sobre a disputa eleitoral do candidato Lula, presidente eleito em 2002 e 2006 que conseguiu agregar um eleitorado para além do seu público tradicional e com altos níveis de engajamento da população com a expectativa de renovação política, trazendo indícios de que a abstenção não é só material, ela também é um engajamento político com a disputa.

Diante deste contexto, as expectativas para as eleições de 2018 em diante também eram de crescimento gradual da abstenção. No entanto, a chegada do vírus Sars-CoV-2 ao país trouxe consigo uma intensificação desta expectativa de baixo comparecimento nos pleitos. No dia 26 de fevereiro de 2020 no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, foi registrado no Brasil o primeiro caso do novo coronavírus que já circulava em outros países. Sua elevada taxa de transmissibilidade por contato mudou os rumos do que seriam os próximos meses daquele ano. Uma verdadeira crise sanitária começa a ser vivida, e, em pouco tempo, medidas restritivas começam a ser tomadas em todas as atividades, e aquelas atividades consideradas como não-essenciais foram suspensas para instaurar o isolamento social e conter as aglomerações.

Esta nova condição trouxe sérios desafios em diversos setores, mas um dos impactos mais evidentes foi a intensificação da desigualdade social no Brasil, sobretudo nas regiões metropolitanas. De acordo com Salata e Ribeiro (2020) no boletim *Desigualdades nas Metrôpoles nº 01 do Observatório das Metrôpoles* houve um aumento da média do coeficiente Gini² de 0,610 para 0,640 entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020.³ Além disso, a taxa média anual de desemprego durante o primeiro ano de pandemia foi de 13,5%, conforme apuração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a maior taxa desde 2012. Estes dados evidenciam a dificuldade de se garantir recursos básicos de sobrevivência, além das condições para a garantia do isolamento social e do tratamento da COVID-19.

Em diferentes âmbitos governamentais competentes evidenciou-se uma lentidão na criação e manutenção de medidas de combate ao vírus, na manutenção do bem-estar da população por meio de uma quarentena financeiramente segura com o auxílio emergencial e no incentivo ao uso de máscaras corretamente, além da manutenção de medidas de isolamento social. Isto fez com que, na metade do ano e com as eleições se aproximando, os brasileiros ainda estivessem vivendo um cenário desolador, com um alto número de contágios, aumento da média móvel de óbitos e sem previsão de melhora desse cenário com a chegada de imunizantes para o vírus.

Esse trabalho assume como premissa que o contexto da pandemia também afetou as eleições realizadas naquele ano. O próprio adiamento do pleito simboliza essa preocupação por parte da justiça eleitoral. A Emenda Constitucional (EC) nº 16, de 04 de Junho de 1997 prevê que tanto as eleições federais e municipais sejam realizadas no primeiro e último domingo do mês de Outubro, para o primeiro e segundo turnos, respectivamente. Entretanto, a alteração de calendário solicitada pela justiça eleitoral teve que ser implementada por meio da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de Julho de 2020. Com base nesta EC, as eleições foram adiadas para os dias

² Índice que mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, para evidenciar isso. O seu valor varia entre zero e um. O valor nulo representa um cenário em que todos têm a mesma renda e o valor um representa um cenário em que somente uma pessoa detém toda a renda, ou seja, uma situação de completa desigualdade

³ Ao todo estão envolvidas 22 regiões metropolitanas: Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia; além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

15 e 29 de novembro na expectativa de uma possível queda e controle no número de casos, de modo a conceder mais algumas semanas para que o TSE e os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) organizassem as eleições com segurança.

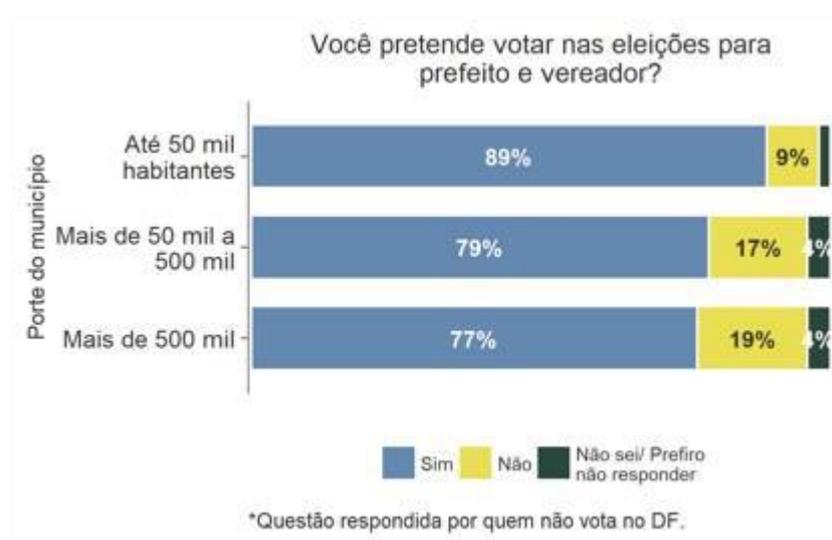
Também como consequência da Emenda nº 107, de 2 de Julho de 2020, a campanha eleitoral passou por mudanças de datas, com as propagandas liberadas a partir do dia 27 de setembro até 14 de novembro, em um formato que respeitava as medidas de distanciamento, sem ações nas ruas que gerassem aglomerações. Com tempo hábil mais curto do que o usual, e em um formato quase integralmente online, as campanhas exigiram ainda mais da criatividade dos candidatos para alcançar o público, pois, de acordo com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018, 25% da população brasileira não tem acesso à internet.

Diante desse contexto, existiam duas preocupações principais com as eleições de 2020. A primeira, com a taxa de abstenção, já que, como foi observado neste artigo, tinha seu índice histórico ascendente em pleitos anteriores e ainda apresentou risco na exposição de eleitores ao contato com mais pessoas nos locais de votação, considerando que a pandemia se caracterizou por uma alta taxa de contágio e de letalidade. A segunda, a preocupação especialmente com relação às questões de representação política geradas pela possível abstenção dos eleitores classificados como grupo de risco da transmissão da COVID, que incluíam pessoas com doenças cardíacas, pulmonares e respiratórias, imunossuprimidos e gestantes de alto risco, mas especialmente os idosos (pessoas com idade igual ou superior a 60 anos). Exemplificando, os idosos têm uma situação social que muitas vezes necessita de medidas de proteção e garantia do bem-estar. Mesmo não tendo mais obrigação de votar, muitos idosos mantêm este costume cultural. Mas, retomando o conceito do cálculo de custo-benefício apresentado por Olavo Brasil de Lima Junior, durante uma pandemia que apresenta uma alta taxa de mortalidade entre os idosos, o risco de saúde do deslocamento dos mesmos às urnas talvez fosse maior do que a expectativa de impacto dos votos.

De acordo com a pesquisa nacional realizada pelo DataSenado -- instituto de pesquisa do Senado Federal --, em Julho de 2020, 75% dos 2.400 brasileiros entrevistados pela pesquisa não acreditava que o país estivesse preparado para garantir a proteção dos eleitores contra o coronavírus nos dias de votação, o que

evidenciava uma baixa confiança na segurança em relação à exposição durante o pleito. Entretanto, 80% dos respondentes afirmou que pretendia ir às urnas votar nas eleições para prefeito e vereador naquele ano. A mesma pesquisa teve alguns recortes sócio-demográficos para entender os âmbitos que poderiam trazer algum padrão de comportamento agregado, como idade, sexo, religião. Um destes recortes relevantes para o estudo foi o porte do município dividido em três faixas populacionais. Observa-se que o percentual de eleitores que pretendiam votar diminuiu na medida em que o município tem mais residentes.

Gráfico 2: Nível de confiança na segurança das eleições 2020 a partir do porte da cidade



Fonte: Instituto DataSenado (2020, p. 04)

Cinco meses depois o DataSenado entrevistou os mesmos eleitores do primeiro relatório apresentado e expõe que dentre as pessoas que não votaram, 40% não compareceram por conta da COVID. Em consideração a estes dados, o presente artigo tem como um dos objetivos entender o comportamento da abstenção apresentado pelos eleitores das cidades diante das faixas populacionais, com a hipótese de que quanto maior o porte do município, maior a possibilidade do eleitor se abster nas eleições, como teorizado por Lima Júnior. Porém, a hipótese é que com a ampliação do escopo populacional, esse eleitor pode enfrentar maiores obstáculos de natureza espacial, o que significa, neste caso, maior risco à saúde por conta das aglomerações a caminho dos e nos próprios locais de votação.

2.3 Como o apoio eleitoral a Bolsonaro em 2018 pode ter relação com comportamento político absentista em 2020?

Antes da candidatura de Jair Bolsonaro ser oficializada, os dados de pesquisas de intenção de voto realizadas em Julho de 2018 pelo Ideia Big Data⁴, apontavam que 75% dos seus potenciais eleitores eram homens, e 6 em cada 10 eram jovens, com idade entre 16 e 34 anos. Mesmo que ao longo da campanha este perfil tenha se tornado cada vez mais diverso, seu apoio ainda ficou marcado pela maior adesão do eleitorado masculino, mais escolarizado e com maior renda. Um dos maiores desafios do candidato foi atrair votos de pessoas pertencentes a grupos minoritários atacados com o seu discurso de ódio, como mulheres, LGBTQIAPN+ e indígenas⁵.

Mesmo com certa diversidade de pessoas e grupos conquistada, todos convergem para valores como o da figura do “cidadão de bem”, enquanto uma estratégia discursiva ideológica (Montero, 2006). Este foi direcionado a um indivíduo que tem uma conduta individual considerada “correta”, e que se identifica como “anti-comunista/petista/esquerda”, ou seja, parte da sua identidade se faz em relação de oposição com grupos de esquerda que são considerados como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”, numa polarização amigo/inimigo que compromete o funcionamento de qualquer dinâmica democrática. É uma representação ideológica, cuja construção imagética pode ser exemplificada em frases características como “direitos humanos para humanos direitos”. Costa define o “cidadão de bem” da seguinte forma:

Como vimos, não se trata de um sujeito concreto, mas de uma figura de linguagem, uma representação discursiva que visa conferir legitimidade a determinadas práticas sociais e, portanto, com a qual diferentes sujeitos podem se identificar. A força dessa representação deriva da capacidade de ocultar contradições e problemas que lhes são constitutivos ao mesmo tempo em que reforça preconceitos e hierarquias sociais historicamente constituídas. (COSTA, 2021, p. 08)

Ao longo do primeiro ano de pandemia, Jair Bolsonaro realizou diversos pronunciamentos identificados como *fake news*, uma estratégia de comunicação que se tornou conhecida por ter sido utilizada por ele durante a sua campanha política.

⁴ A pesquisa do Ideia Big Data entrevistou 2.036 eleitores no total, distribuídos entre 134 municípios em 25 estados e no Distrito Federal, entre os dias 20 e 23 de julho. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a identificação BR-04178/2018.

⁵ Para esse feito, alguns perfis de simpatizantes foram sendo construídos ao longo de 2018, como “bolsogatas” (Mulheres “empoderadas” para além do “mimimi”), Homossexuais conservadores (Homem é homem”, não importa se gay ou hétero) e Etnias de direita (indígenas que se posicionaram a favor de Bolsonaro).

Algumas das suas falas foram declaradas incentivando o uso de medicamentos como Hidroxicloroquina, azitromicina e o Tamiflu, mesmo sem nenhuma comprovação médica de eficácia no tratamento “precoce” da COVID-19.

Além disso, Bolsonaro mostrou-se contra as medidas tomadas por prefeitos e governadores que incentivaram o isolamento social e o uso de máscaras, alegando o seu principal motivo a preservação de empregos, como mostra o pronunciamento em cadeia de rádio e televisão na noite no dia 24/03/2020: “Nossa vida tem que continuar, os empregos devem ser mantidos, algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada”.

Por último, o governo Bolsonaro também atrasou a compra das vacinas ao recusar diversas propostas das farmacêuticas Pfizer e Sinovac, além do desestímulo à vacinação, ao difundir notícias falsas de possíveis efeitos colaterais dos imunizantes, como AIDS, embolia e trombose, sem qualquer evidência científica de sustentação, como constatado no relatório da CPI da Pandemia.

Por conta do posicionamento omissivo e negacionista do presidente, uma das duas condicionantes comportamentais a ser avaliada como fator que poderia ter contribuído para os níveis de abstenção nas eleições municipais durante a crise sanitária de 2020 foi a identidade ideológica dos eleitores do presidente em 2018, os “cidadãos de bem”. Numa visão de escolha racional, o tamanho populacional dos municípios, que como identificado na subseção anterior, pode significar mais risco de exposição à COVID foi a segunda condicionante observada.

Portanto, a contribuição deste trabalho é permitir deslocar a discussão sobre abstenção da visão pura da alienação eleitoral e evidenciar que ambos os efeitos são possíveis, a depender das características individuais, dos grupos sociais nos quais os eleitores estão inseridos, e do contexto político mais amplo, na escala dos municípios.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Através da metodologia quantitativa, utilizou-se os dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁶ e do IBGE⁷ a partir de uma análise exploratória descritiva, em busca de evidências que indicassem a pertinência das hipóteses levantadas na seção anterior. Mais especificamente, três bases gerais foram utilizadas para constituir os resultados do objetivo do artigo.

Primeiramente, os dados de comparecimento/abstenção das eleições de 2016 e 2020 foram processados para entender a média percentual de não comparecimento das cidades brasileiras nestes anos e entender a evolução entre os dois.⁸ Logo depois, a base do IBGE de estimativa populacional de 2020 também foi tratada para que numa só tabela fosse possível visualizar estas duas variáveis de cada uma das cidades. Para ter uma visibilidade mais estratégica, os municípios foram agrupados a partir de cinco faixas populacionais⁹. São as faixas: cidades com até 20 mil habitantes, entre 20 e 50 mil, 50 a 150 mil, 150 a 500 mil e com mais 500 mil habitantes. Por último, a terceira base combinada foi: Resultado consolidado nas eleições presidenciais de 2018, também do TSE. A ideia foi mapear, também a nível municipal detalhado, o percentual de apoio eleitoral ao atual presidente nas últimas eleições nacionais.

Considerando-se o fato de que Jair Messias Bolsonaro foi “um fenômeno eleitoral nas grandes cidades e regiões metropolitanas” (Nicolau, 2020), uma das hipóteses é de que as três variáveis apresentadas nas seções anteriores estão conectadas numa relação inversamente proporcional na medida em que quanto mais populosa e mais bolsonarista (aqui entende-se que o nível de ‘bolsonarismo’ do município é definido a partir do seu percentual médio de votos no candidato em 2018), menor foi a média de

⁶ Disponíveis no Portal de Dados Abertos tribunal, que pode ser acessado no seguinte link:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

⁷ Disponível no site de estatísticas sociais do IBGE, pode ser acessado no seguinte link:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>

⁸ Dentre as bases de dados disponibilizadas pelo TSE em seu site, no panorama das eleições municipais, somente as de 2016 e 2020 estão abertas para download e análise.

⁹ São as mesmas faixas populacionais que Jairo Nicolau utilizou na classificação dos municípios no livro O Brasil dobrou à direita. Isto é justificado porque posteriormente vai auxiliar no vínculo com a bibliografia.

abstenção da cidade nas eleições de 2020. A análise tem como objetivo fornecer evidências que nos permitam discutir o possível impacto da COVID na participação daqueles que votaram no atual presidente, partindo do pressuposto de que seus eleitores se identificam com os elementos de crença que são mobilizados na narrativa que foi se construindo a partir dos pronunciamentos que envolviam fake news, com o objetivo de desestimular a adoção de diversas medidas de proteção à COVID, como evidenciado no ponto 2.3 do referencial teórico do presente artigo. Em síntese, a pergunta de pesquisa é: Como as condicionantes de tamanho populacional e apoio ao Bolsonaro em 2018 podem ter influenciado a abstenção nas eleições municipais de 2020 durante a crise sanitária da COVID-19?

É importante destacar que dentre as três formas de comportamento componentes da taxa de alienação, a abstenção foi a escolhida para este artigo porque nos permite explorar tendências indicativas do impacto da pandemia nas condições de acesso e permanência nas zonas eleitorais, enquanto a escolha de anular o voto ou votar em branco manifesta um posicionamento político em relação às alternativas fornecidas, como defende Lima Junior, observado na seção anterior deste artigo. Deste modo, para o presente trabalho, explorou-se apenas o comportamento de abstenção, ainda que as demais formas de comportamento mereçam ser investigadas.

O cruzamento das bases de dados dessas três variáveis foi feito através do software livre R em sua versão 4.1.0, já conhecido para análise de dados de ciências sociais. A fim de explorar a validade das hipóteses levantadas, serão apresentadas algumas análises exploratórias, levando-se em consideração as limitações deste estudo para a aplicação de controles de causalidade metodologicamente mais sofisticados.

Além disso, algumas dificuldades foram encontradas no tratamento dos dados que merecem o seu registro, como a não identificação inicial nas faixas etárias nos dados de uma pequena parte dos eleitores que foram visualizados na base de dados como valores NA (zerados). Por ser um número percentualmente pouco expressivo para entender a dinâmica eleitoral da cidade, esses casos foram excluídos durante os

primeiros passos do processo de tratamento dos dados. Além disso, a desatualização dos dados de cadastro eleitoral é uma questão para todos os pesquisadores que utilizam estatísticas do eleitorado, pois existem diversas barreiras para a atualização deste cadastro, por exemplo, uma lentidão nas notificações de falecimento expedidas por cartórios. Portanto, é importante esclarecer uma possível limitação das atualizações nos cadastros de eleitores aptos, mesmo que muitas cidades já estejam resolvendo este problema através do processo de introdução da biometria, que, obviamente, trouxe consigo uma necessidade de recadastramento do eleitorado.

Vale ressaltar que as eleições municipais acontecem de forma independente em cada cidade, foram exatas 5.568 disputas simultâneas em 2020, e que seguiram fundamentalmente as mesmas regras, mas que são analisadas de forma agregada como nas disputas presidenciais, em que só existe uma disputa e o Brasil torna-se um único distrito. Como citado no artigo Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil da Fundação Konrad Adenauer:

Os índices podem não corresponder à realidade efetiva, pois cada localidade tem a sua taxa de abstenção e o seu contingente de eleitores que invalidaram o voto, os quais podem se distanciar bastante daquela que é resultado da unificação. Além disso, a agregação faz com que os eleitores dos maiores colégios eleitorais participem desproporcionalmente na configuração da taxa alcançada. Apenas para exemplificar: com 33,5 milhões de eleitores, o município de São Paulo – que é apenas um dos existentes no país – corresponde a 29,5% do eleitorado nacional. Se esses eleitores tiverem um comportamento muito distinto do registrado nos demais municípios, eles contribuem significativamente para aproximar o índice da decisão que tomaram. (BARRETO, 2021, p. 57)

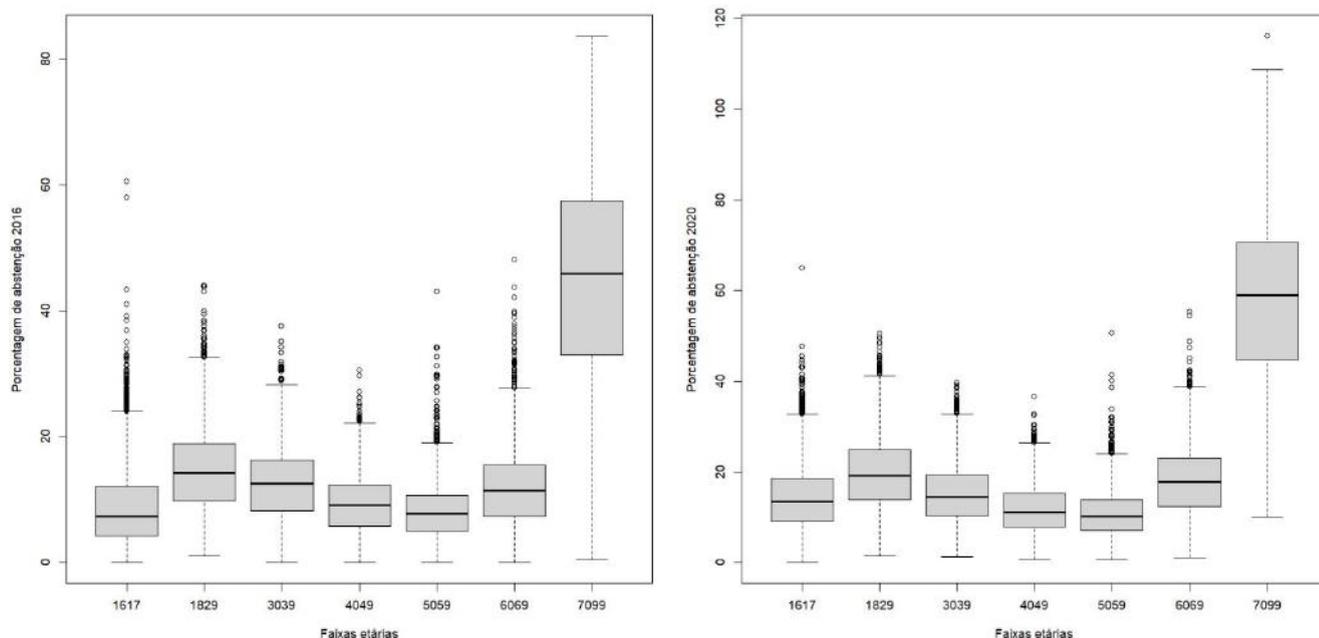
Por esta razão, o modelo de análise escolhido é comparar os resultados agregados dos municípios para verificar a variação no comportamento do eleitorado de forma unificada, o que também apresenta limitações metodológicas sobre qual o tipo de conclusão é possível obter com base em dados dessa natureza. Esta análise apresenta a limitação de impossibilitar a análise das características políticas específicas de cada um das cidades por conta da grande quantidade de municípios no Brasil. Contudo, esta foi a melhor forma de análise encontrada porque possibilita a vantagem de se comparar seus resultados não só com outras eleições municipais, mas também com as eleições presidenciais, inclusive as de 2018, além de permitir entender a geografia do voto no contexto do pleito ocorrido em 2020, possibilitando a

conformação de uma agenda de pesquisa mais ampla, que discutiremos nas conclusões deste trabalho.

4 RESULTADOS

Durante a primeira construção da hipótese do trabalho foi idealizado analisar as porcentagens de abstenção em 2020 a partir da faixa etária dos eleitores, baseado no pressuposto apresentado na seção de Introdução: Pessoas com mais de 60 anos estariam mais expostas à reações graves da COVID, por isso, comparecer às urnas poderia significar um risco maior na medida em que a faixa etária do eleitor evolui. Por consequência, esta poderia ser uma condicionante que indica algum impacto nos resultados de abstenção. Para esta análise, os eleitores foram classificados em sete faixas: 16 a 17 anos, entre 18 e 29 anos, entre 30 e 39 anos, entre 40 e 49 anos, entre 50 e 59 anos, entre 60 e 69 anos e por último, com mais de 70 anos. A primeira e última faixa têm intervalos de idade diferentes das demais já que o voto não é obrigatório. A comparação das últimas duas eleições permitiria validar a hipótese e seu resultado é apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Variação da abstenção das últimas eleições municipais classificadas por faixas etárias



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do TSE.

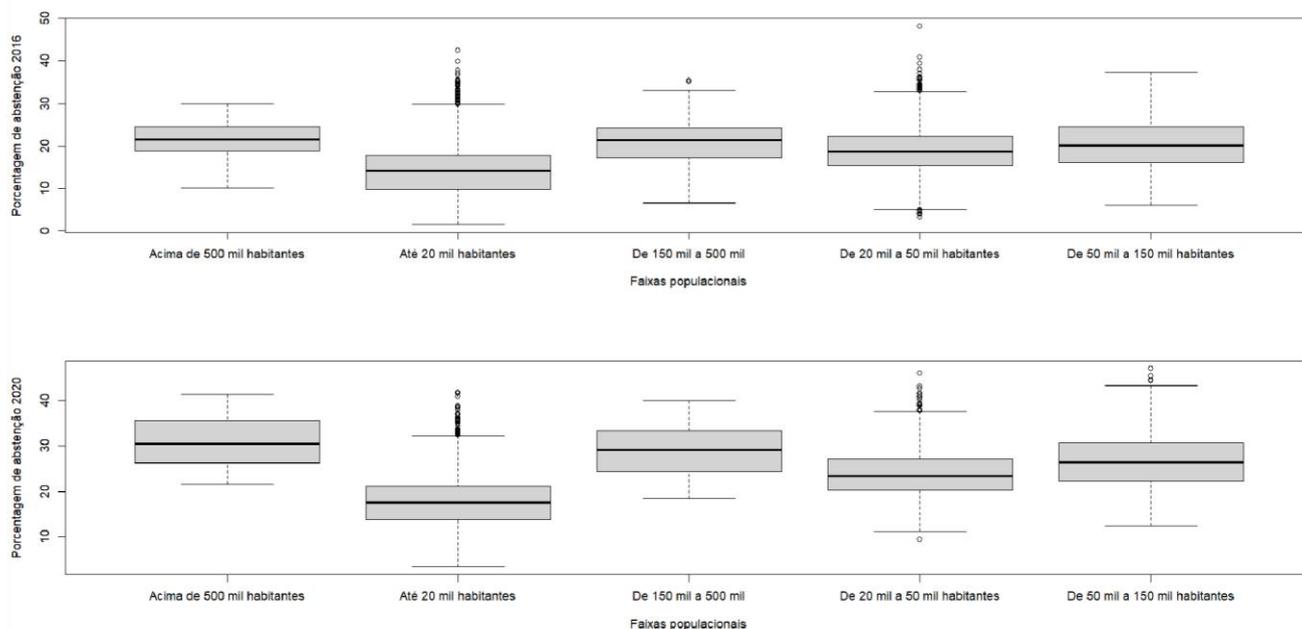
Como apresentado na seção 2.2, o aumento da abstenção já era um comportamento esperado entre uma eleição e outra, o que foi comprovado no gráfico com a identificação do aumento da abstenção em todas as sete faixas. Por outro lado, a distribuição dos percentuais de abstenção entre as faixas é muito parecida entre as duas eleições. Ou seja, a ordem das idades que mais abstiveram até aquelas que abstiveram menos segue sendo a mesma. Portanto, ao contrário do que foi pensado, a idade não mostrou como um fator que pode ter alterado significativamente a dinâmica eleitoral. Sendo assim, se fez necessário analisar outras variáveis.

Considerando que os resultados apresentados no gráfico 2 da subseção 2.2 mostram que o nível de confiança do eleitor em comparecer às urnas em 2020 diminuiu na medida em que a faixa populacional dos municípios vai aumentando, passa-se a discutir em que medida o tamanho populacional pode trazer indícios de impacto nas mudanças de comportamento eleitoral diante da COVID-19. Em Lima Júnior (1990, Pag. 03) é identificado que o acesso às urnas não é distribuído de forma homogênea no Brasil, o que pode impactar a decisão do eleitor de ir votar ou não. Dois dos principais pontos geradores desta diferença são a extensão territorial e urbanização. Diante de uma análise agregada e histórica, o primeiro interfere de forma proporcional, ou seja, quanto maior a região analisada, maior é a abstenção do local, entendendo que os eleitores têm que enfrentar barreiras e distâncias maiores até chegar às urnas. O segundo ponto, por sua vez, se mostra de forma inversa. Quanto maior forem os níveis de urbanização, menores são as taxas de abstenção, já que os eleitores têm melhores condições de infraestrutura, transporte e permanência nas urnas. A partir de uma análise crítica à nota de pesquisa, escrita há trinta e dois anos, uma atualização das teorias apresentadas é necessária já que as dinâmicas urbanas também são diferentes não só em comparação com cidades mais rurais, mas também entre si. Elas possuem fatores que fazem com que suas dinâmicas populacionais sejam diferentes.

Faixas populacionais são um destes fatores e também fazem com que comparecer às eleições em 2020 seja um risco já que quanto mais populosa é a cidade, maiores são as aglomerações encontradas durante a locomoção e a votação em si. Por isso, esta foi a condicionante escolhida para fazer a comparação mais

sólida dos dados. Para tal, um gráfico de dispersão foi construído. Ele compara, em formato de boxplot, a abstenção eleitoral nas duas últimas eleições de acordo com as faixas de tamanho populacional: até 20 mil habitantes, entre 20 e 50 mil, 50 a 150 mil, 150 a 500 mil e com mais 500 mil habitantes.¹⁰

Gráfico 4: Comparação da abstenção nas duas últimas eleições de acordo com a faixa populacional da cidade.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do TSE.

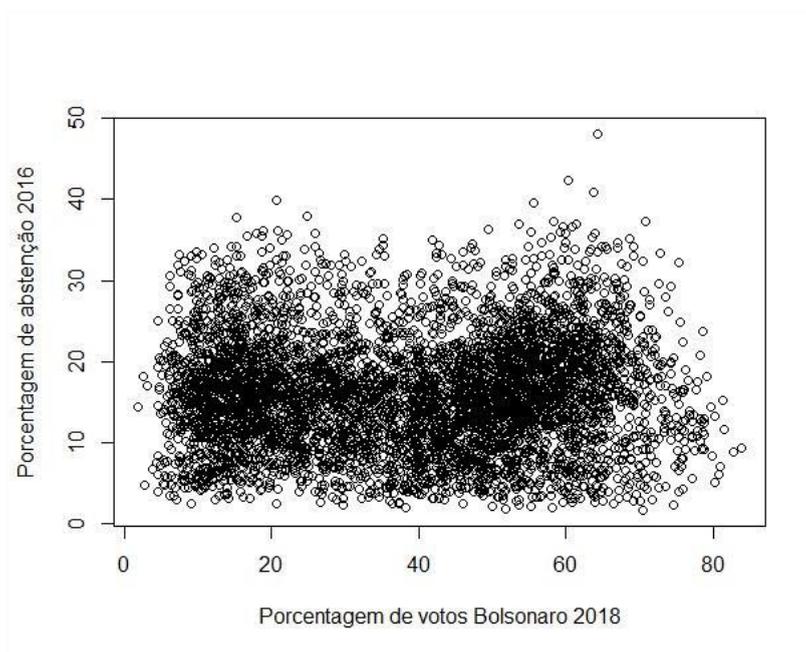
Nele é possível identificar uma diferença significativa na simetria da caixa de 'Acima de ¹¹ mil habitantes', ou seja, as maiores cidades do Brasil. A porcentagem de abstenção da faixa sobe mais de 10 pontos percentuais e seu tamanho aumenta, mesmo mantendo a mediana aparentemente estável. Portanto, o aumento da abstenção em todas as faixas e a tendência de mudança no tamanho e porcentagem da caixa que representa as maiores cidades diferente das demais indicam que a faixa populacional pode ser um fator impactante na dinâmica eleitoral de abstenção.

Como antes constatado no ponto 3 do presente artigo, um dos aspectos característicos da vitória de Jair Bolsonaro foi ele ter vencido em 30 das cidades com o maior porte populacional (o que equivale a quase 80%), por isso, a análise das bases

¹⁰ As faixas estão em ordem alfabética, por isso, a comparação começa com a maior faixa, acima de ¹¹ mil habitantes.

no R é continuada a partir da comparação de uma terceira possível condicionante que compõem a pergunta de pesquisa. Dessa forma, buscou-se explorar a relação entre o percentual de apoio eleitoral a Bolsonaro em 2018 e a abstenção eleitoral em 2016 e 2020 diante das lentes da COVID. Esta análise tem como objetivo compreender se de fato, pelo menos em termos agregados¹¹, é possível não descartar a hipótese de que o voto manifesto em Bolsonaro tenha influenciado no comparecimento às urnas nas últimas eleições. Os resultados foram apresentados nos dois seguintes gráficos:

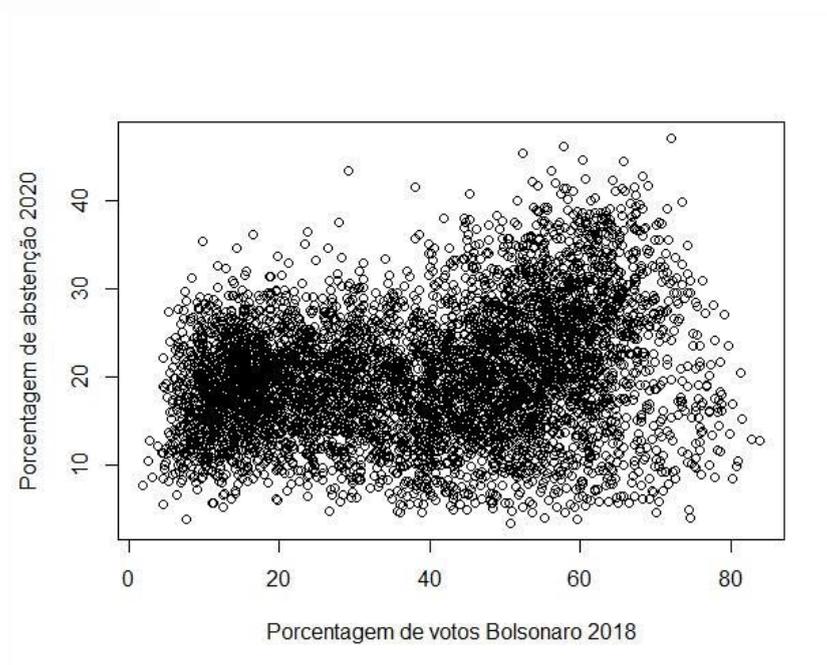
Gráfico 5: Porcentagem de abstenção em 2016 das cidades do Brasil em comparação a como elas votaram em Bolsonaro em 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2016; 2018)

Gráfico 6: Porcentagem de abstenção em 2020 das cidades do Brasil em comparação a como elas votaram em Bolsonaro em 2018

¹¹ Esta estratégia foi adotada de forma agregada onde cada município brasileiro é representado como um ponto no gráfico de dispersão. Portanto, não podemos fazer qualquer inferência sobre os comportamentos individuais.



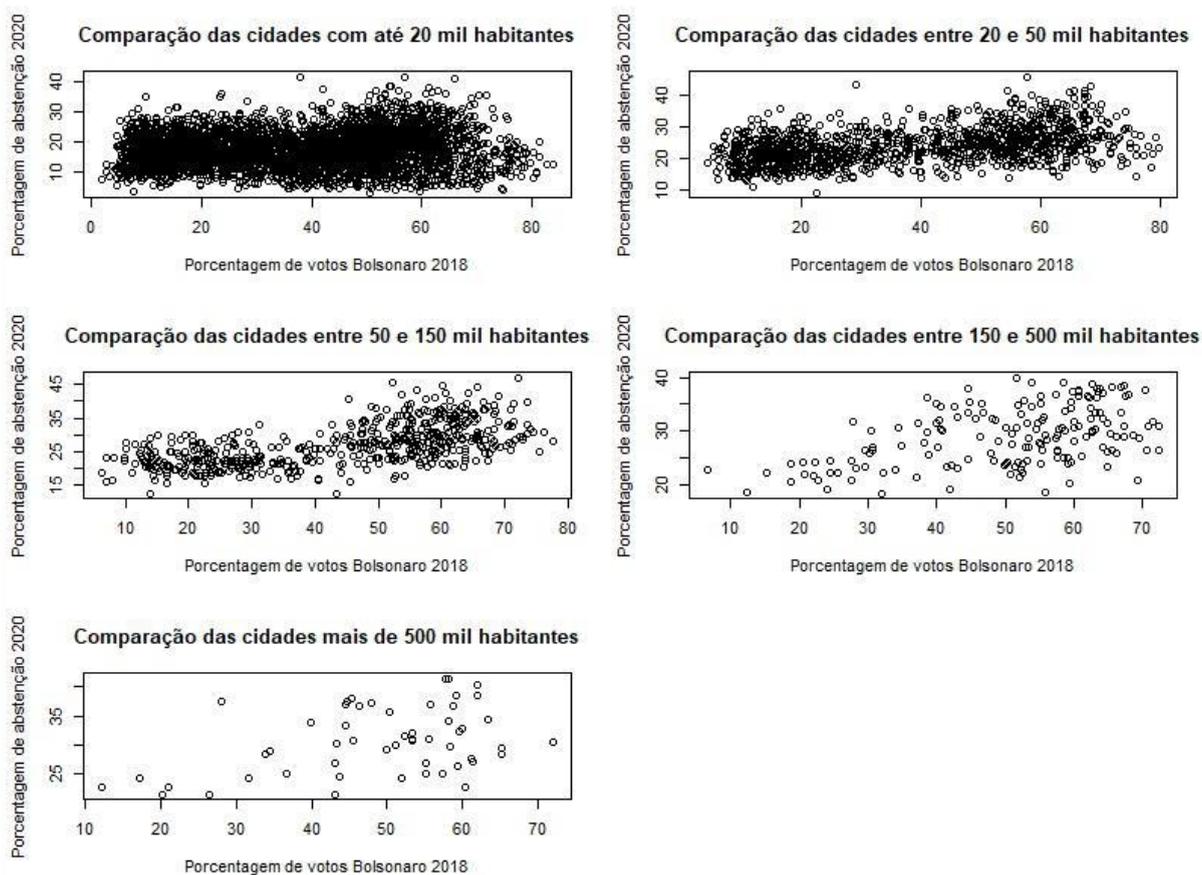
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Ao avaliar o comportamento da distribuição, é possível observar que, no gráfico que apresenta as abstenções nas eleições municipais de 2020, verificou-se um aumento deste percentual nas cidades que tiveram mais de 40% de apoio ao Bolsonaro em 2018, se comparado ao percentual de abstenção nas eleições municipais de 2016, em que esta relação parece nula. O resultado dessa primeira relação, que parece positiva, indica uma evidência no sentido de que a hipótese do

impacto do bolsonarismo na porcentagem de abstenção nas eleições municipais de 2020 não pode ser descartada.

Para ter melhores visualizações da relação apresentada, que é contrária à hipótese inicial e logo após a validação do bolsonarismo como mais uma variável da pergunta de pesquisa, iniciou-se a análise de dados cruzando com a condicionante anteriormente avaliada: as faixas populacionais de cada cidade. Os resultados estão apresentados nos gráficos abaixo:

Gráfico 7: Comparação da porcentagem de votos no Bolsonaro e abstenção 2020 em todas as faixas populacionais

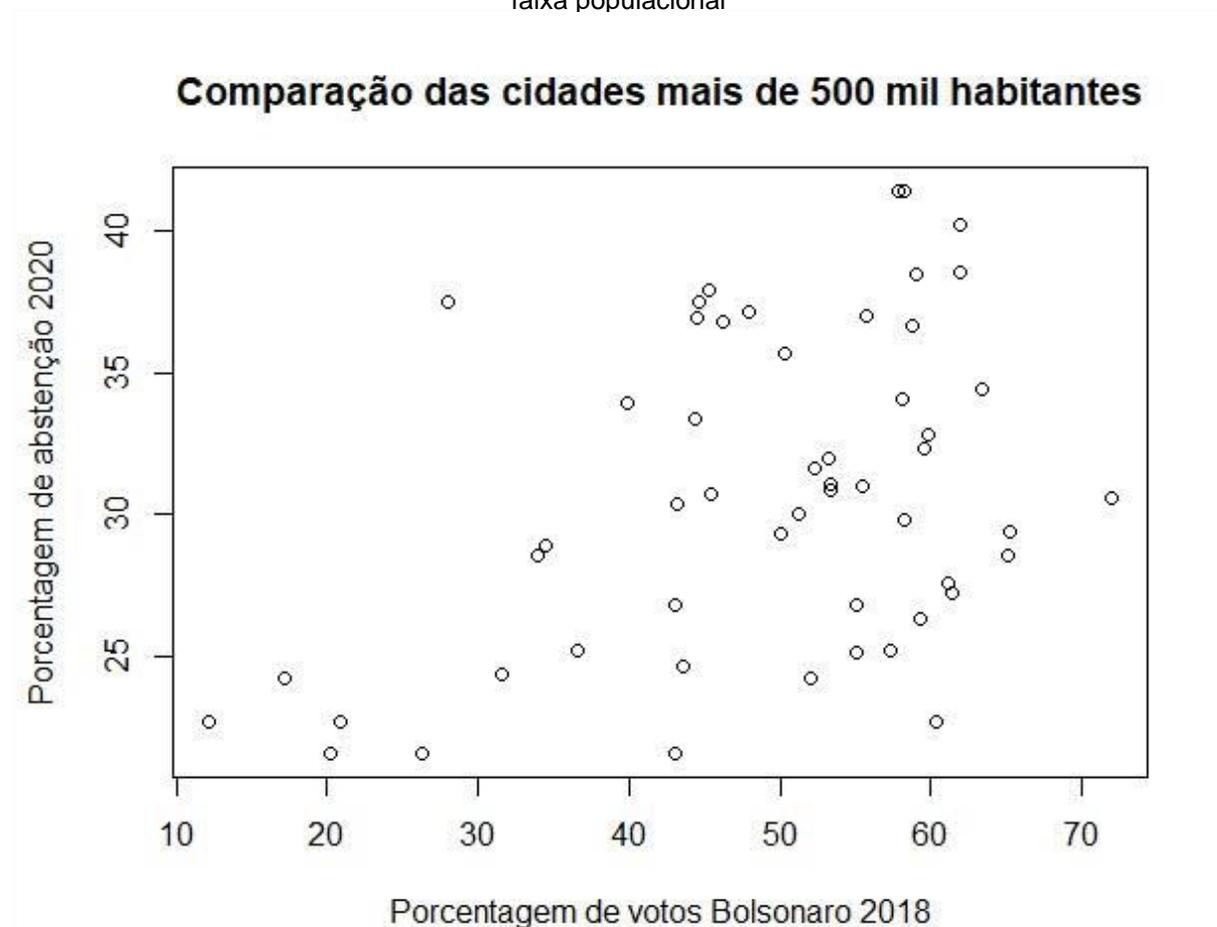


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Dentre os gráficos, o último, referente a faixa destas cidades com mais de 500 mil habitantes, é a que demonstra de forma ainda mais evidente o comportamento de

aumento na abstenção nas cidades mais bolsonaristas. Para melhor visualização, este foi isolado abaixo:

Gráfico 8: Comparação da porcentagem de votos no Bolsonaro e abstenção 2020 na última faixa populacional



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Esta visualização também reforça a associação do bolsonarismo às evidências analisadas anteriormente da menor disposição dos eleitores de comparecer às urnas nas cidades maiores.

De forma mais específica e regional, das dez cidades com menos do que 40% de apoio apresentadas no gráfico das cidades com mais de 500 mil habitantes, a única que se destaca no quadrante esquerdo superior do gráfico é Salvador/BA. Oito das outras cidades que tiveram níveis mais baixos de não comparecimento são da região Nordeste, como Feira de Santana/BA (estado em que o Bolsonaro ganhou apenas em 4 das 417 cidades) e Fortaleza em que o Ciro Gomes recebeu 40,13% de votos no

primeiro turno e um município pertence à região Norte, Teresina/PI (com 24% de abstenção, o segundo menor índice entre as capitais de grande porte). A região Nordeste foi a única em que Bolsonaro não ganhou e o Norte, historicamente reduto petista entre 2002 e 2014, o presidente ganhou com pouca margem e são as duas regiões do país que tiveram menores taxas de abstenção nas últimas eleições presidenciais. Todas as dez menores médias de abstenções dos estados brasileiros são das duas regiões.

Por outro lado, as regiões com maior abstenção são também as que Bolsonaro ganhou com folga em 2018: Sudeste, Centro-Oeste e Sul, respectivamente. No último gráfico isto foi representado já que cidades com maior nível de abstenção também têm alto nível de votos no Bolsonaro e pertencem a estas três regiões. Ribeirão Preto/SP, Curitiba/PR, Caxias do Sul/RS e Sorocaba/SP são as quatro cidades com maior porcentagem de não comparecimento, com uma média de 39,6%.

Resumidamente, através dos gráficos foi possível entender que quanto maior o porte do município e seu apoio eleitoral ao presidente em 2018, maiores são as tendências para uma elevada abstenção em 2020, fato contrário da hipótese inicial em que acreditava-se que o apoio ao governante que apresentou posições negacionistas durante a pandemia pudesse fazer com a COVID não fosse uma barreira no momento da escolha de ir às urnas. Para trazer maiores evidências de possíveis motivos que fizeram esse contexto existir, os pontos fundamentais das teorias de escolha racional e teorias da cultura política serão lembrados.

As teorias da escolha racional defendem que a fim de decidir o comparecimento aos pleitos, o eleitor analisa diversas condicionantes para calcular custos e benefícios desta escolha. Durante as últimas eleições, a COVID foi um obstáculo em relação à presença às urnas, por exemplo, ao impossibilitar a ida dos eleitores em quarentena por suspeita ou diagnóstico da doença ou fazendo com que os riscos de contato com aglomerações durante a locomoção e comparecimento aos locais de votação, ou seja, os custos não fossem maiores que benefícios. De acordo com o Relatório Eleições municipais e coronavírus de Dezembro/2020 do DataSenado, que entrevistou os mesmos eleitores do relatório de Julho/2020

apresentado na subseção 2.2, expõe que dentre as pessoas que não votaram, 40% não compareceram por conta da COVID.

Para analisar as possibilidades de benefício do comparecimento em 2020 é importante trazer também o principal fundamento característico das teorias de cultura política: a visão ideológica, já que os resultados esperados estão diretamente ligados com a representação e identificação política em relação aos candidatos. Para isso, considerou-se que esta identificação também levou em consideração o posicionamento do candidato perante a pandemia da COVID-19.

Um ponto de atenção ao estudo do comportamento dos eleitores bolsonaristas de 2018 que pode auxiliar na compreensão dos gráficos que mostraram efeitos diferentes do esperados é que, segundo dados do IBOPE, entre oscilações, houve uma diminuição na aprovação e confiança no governo desde 2018 até o momento atual, e essa queda se deu especialmente no primeiro ano de pandemia. Isto pode significar que aqueles que o apoiaram como candidato, podem não mais se reconhecer no discurso como era antes em posições relativas a outros assuntos, inclusive com os pensamentos negacionistas em relação a pandemia da COVID. Segundo a Pesquisa IBOPE realizada entre 24 e 28 de Janeiro de 2019, 49% dos entrevistados acreditavam que o governo Bolsonaro era ótimo/bom, enquanto 11% acreditavam ser ruim/péssimo. A pesquisa foi divulgada com o mesmo número de entrevistados entre os dias 05 e 08 de Dezembro de 2020, menos de um mês depois das eleições municipais, e apenas 35% dos respondentes classificaram o governo Bolsonaro como ótimo/bom enquanto 33% classificaram como ruim/péssimo, uma queda de 14% entre seus apoiadores desde o início de seu mandato.

Outro ponto que pode evidenciar essa imaginável mudança de comportamento e apoio político a Bolsonaro é o resultado dos candidatos ao cargo de prefeito e vereador que ele apoiou durante a corrida de 2020, por meio das suas lives, publicações no Facebook e aparição no “horário eleitoral gratuito” de Bolsonaro. Foram 16 prefeitos indicados e 45 vereadores, destes, só 5 prefeitos e 10 vereadores foram eleitos, representando desempenho total de 24,6%. Fato esse que pode estar relacionado também com a abstenção de eleitores que apoiaram candidatos com discursos equivalentes aos valores bolsonaristas, ou vice-versa. O ocorrido é o

inverso das eleições anteriores em que somente o apoio do presidente que viria a ser eleito naquele ano parecia ser suficiente para eleger candidatos que disputaram cargos políticos pela primeira vez, como o caso do ex-governador do Rio, Wilson Witzel que tinha menos de 10% nas pesquisas feitas na quarta-feira antes do primeiro turno, mas teve 41% dos votos no primeiro domingo de eleições em 2018. Além disso 52 dos candidatos do PSL eleitos, 30 jamais haviam concorrido, uma surpresa eleitoral para os analistas políticos, como Jairo Nicolau:

Quem é esse Hélio Lopes que chegou em primeiro entre os candidatos a deputado federal, elegendo-se com 345 mil votos, à frente de Marcelo Freixo? Encontro na internet a foto de Lopes. Lembro que recebi um santinho dele. Dias depois, me atualizo. Chamado por Bolsonaro de “Hélio Negão”, ele é subtenente do Exército e tentou ser vereador em Nova Iguaçu em 2016, quando recebeu 480 votos. Nas estatísticas não será considerado como um político que tenta um cargo pela primeira vez.

Numa eleição de tantas surpresas, nada foi mais espantoso do que a votação obtida pelo Partido Social Liberal para a Câmara dos Deputados. O partido obteve 11,3% dos votos e 10,1% das cadeiras. Havia conseguido eleger apenas um deputado federal nas quatro das cinco eleições que disputou antes de 2018. Era um dos partidos a serem barrados pela cláusula de desempenho. A filiação de Bolsonaro e de seus seguidores ao PSL, em março desse ano, mudou inteiramente a sorte da legenda.

O PSL foi o partido que teve o maior crescimento desde as eleições de 1990, quando é possível comparar com a primeira eleição do regime democrático, em 1986. Em 1990, o PRN do então presidente Collor obteve 8,3% dos votos, enquanto o estreante PSDB recebeu 8,7%. Ambos já contavam com um grande número de deputados e tinham o apoio de importantes lideranças regionais. (NICOLAU, 2018)

Associado a estes dois pontos é importante pontuar que o efeito ideológico não é o mesmo no país inteiro em qualquer município, as dinâmicas eleitorais podem ser alteradas de acordo com o tamanho populacional, nível de urbanização e outros fatores sócio-demográficos que caracterizam as cidades brasileiras. A hipótese do Bolsonarismo é uma das variáveis eleitorais que são influenciadas pela distribuição espacial desigual, como citado no artigo Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil da Fundação Konrad Adenauer:

Os índices podem não corresponder à realidade efetiva, pois cada localidade tem a sua taxa de abstenção e o seu contingente de eleitores que invalidaram o voto, os quais podem se distanciar bastante daquela que é resultado da

unificação. Além disso, a agregação faz com que os eleitores dos maiores colégios eleitorais participem desproporcionalmente na configuração da taxa alcançada. Apenas para exemplificar: com 33,5 milhões de eleitores, o município de São Paulo – que é apenas um dos existentes no país – corresponde a 29,5% do eleitorado nacional. Se esses eleitores tiverem um comportamento muito distinto do registrado nos demais municípios, eles contribuem significativamente para aproximar o índice da decisão que tomaram. (BARRETO, 2021, p. 57)

Portanto, foi possível observar então que existem indícios de um movimento contrário do que era esperado e a influência da COVID em algum modo no comportamento daqueles classificados como bolsonaristas em 2018 durante as eleições de 2020, mesmo que ainda não tenha sido possível analisar qualitativamente este fato. Abrindo caminhos para estudos de análise qualitativa para entender de forma mais específica o impacto do vírus no comportamento dos bolsonaristas, ainda mais com uma visão por município, entendendo que cada um tem características próprias que não foram trabalhadas aqui por ser uma pesquisa feita de forma agregada.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada neste trabalho buscou analisar o comportamento absenteísta dos eleitores que votaram no atual presidente em 2018 a partir da divisão por tamanho populacional dos municípios, ancorada em referenciais teóricos textuais que embasaram na visão da ciência política e também na exploração de dados de forma autônoma. Foi encontrada uma relação inversamente proporcional entre os fatores citados, diferente do que tinha sido proposto inicialmente como hipótese. O desafio de explorar um objeto histórico recente e pouco explorado no campo da graduação em Gestão Pública foi enfrentado diante de algumas limitações metodológicas e de fonte de dados apresentadas ao longo do texto, mas este fato faz com que novas possibilidades para assuntos paralelos e/ou complementares o tema nasçam.

Um dos principais temas complementares que pode ser explorado é a análise qualitativa dos motivos pelos quais os bolsonaristas apresentaram o comportamento encontrado. Para tal feito, algum tipo de recorte espacial ou sócio-demográfico seria essencial. Já é possível observar esta realização no livro lançado durante a construção deste artigo: 'Política local no estado do Rio de Janeiro: disputa partidária e comportamento político nas eleições municipais de 2020'. Organizado pelo professor Felipe Borba, em parceria com a professora Argelina Figueiredo (UERJ) analisa o caso do Rio de Janeiro e tenta compreender de que maneira as eleições municipais foram influenciadas pela pandemia da COVID19 e observa também temas específicos do estado como a compra de voto e confiança na urna eletrônica, o perfil social e comportamento político do eleitorado, e a prisão de lideranças políticas do Estado, entre elas, cinco ex-governadores.

Além deste, mais alguns temas surgem ao longo do texto sobre novos objetos de estudo, por exemplo, a análise dos votos brancos e nulos dos mesmos eleitores analisados ao longo do artigo, lembrando o conceito apresentado por alguns autores da ciência política de que o que leva o eleitor a abster não são os mesmos motivos que levam a votar branco ou nulo. Um destes autores, já referenciado anteriormente neste artigo, Olavo Brasil de Lima Jr defende que a abstenção tem determinantes de "natureza ecológica", os quais "facilitam, dificultam ou impedem o deslocamento do

eleitor até as urnas” (LIMA JÚNIOR, 1990, p. 03). O acesso às urnas pode ter interferência a partir de fatores como extensão territorial do local, urbanização e densidade eleitoral. Por outro lado, para a escolha de ir aos pleitos e votar nulo e branco estaria associada a “atributos sócio-econômicos de natureza individual”, como alguns estudos apontam que tal comportamento pode ser, pelo menos de uma parte daqueles que rejeitam as ofertas que são colocadas a ele pelo mercado eleitoral, fruto de uma situação de descrença e desencanto para com a política e com a democracia existente (VITULLO, 2007; BAQUERO e PRÁ, 2007).

Jairo Nicolau também trás o variante institucional: Para o autor

[...] tal fenômeno não é, exclusivamente resultado do protesto contra o sistema político (ou contra o voto, obrigatório), mas resultado de uma combinação perversa entre cidadãos de baixíssima escolaridade e uma cédula eleitoral que estava entre as mais complexas do mundo. A urna eletrônica, criada para dar cabo das fraudes, produziu a mais profunda reforma política dos anos recentes: ao facilitar o voto, permitiu que milhões de votos anulados por erro passassem a ser contabilizados para os partidos e candidatos, e ainda estimulou um contingente de eleitores que deixavam a cédula em branco ao votar. (NICOLAU, 2002, p. 294).

Mais um dos possíveis estudos como desdobramentos é a análise mais investigativa, qualitativa ou recortada territorialmente do fracasso do Bolsonaro como cabo eleitoral de extrema-direita em 2020, que foi inicialmente explorada nos últimos parágrafos da sessão anterior. Algumas perguntas de pesquisa foram levantadas durante a construção do artigo como ‘Este fato partiu de fato da perda de apoio dos ideais propagados pelo bolsonarismo? Se sim, é relacionado com sua posição durante a pandemia?’ ‘O que esse desempenho ruim apresenta na prática? O que as urnas dizem com isso?’. Como recorte urbano, 18 dos prefeitos apoiados, somente 5 foram eleitos, e somente um deles é na capital, Tião Bocalom (PP) em Rio Branco/AC, a antepenúltima capital menos populosa, com estimativa de pouco mais de 413 mil habitantes em que Bolsonaro ganhou no 2º turno com 82,77% e sendo que ele foi um sucesso eleitoral urbano em 2018. Esta cidade teve 32,11% de abstenção no segundo turno de 2020, em que Tião foi eleito no segundo turno.

Assim, o propósito final deste trabalho também é auxiliar para que a barreira bibliográfica seja potencialmente derrubada para outros autores, auxiliando a construir terreno mais fértil para analisar a dinâmica das eleições de 2020 diante do olhar das mudanças provocadas pela tão cruel pandemia da COVID. O desejo é contribuir para auxiliar no surgimento de novos estudos do campo da gestão pública e análise de dados eleitorais.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. **Abstenção, votos brancos e nulos: os números das eleições de 2020**. In: BARRETO, Alvaro Augusto de Borba *et al.* Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Gráfica Cruzado, 2021. p. 55-87.
- BORBA, Julian. **AS BASES SOCIAIS E ATITUDINAIS DA ALIENAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL**. N.2. Porto Alegre, RS. 2008. 25 p.
- COSTA, Homero de Oliveira. **Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)**. 2006. 244 f.
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica/SP. São Paulo, 2006. 244 p.
- COSTA, José Fernando Andrade Costa**. Quem é o “cidadão de bem”? , volume 32. Feira de Santana: 2021. 10 p.
- FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. **Alienação eleitoral: uma visão multidimensional**. N.5. São Paulo, SP: 2017. p. 53-92.
- FIGUEIREDO, Marcus. A decisão do voto. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, jan./jul. 2014. p. 205-216.
- LIMA JR, O. A alienação eleitoral e seus determinantes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, ano 5, 1990. 6 p.
- LOPES, Elga Mara Teixeira et al. **Pesquisa DataSenado: Eleições municipais 2020 e coronavírus**. Brasília, julho de 2020. 152p.
- LOPES, Elga Mara Teixeira et al. **Pesquisa DataSenado: Eleições municipais e coronavírus**. Brasília, dezembro de 2020. 29p.
- MONTERO, Maritza. **Estratégias discursivas ideológicas**. In S. Lane & B. Sawaia (Eds.), *Novas veredas de Psicologia Social*. São Paulo, Brasiliense/EDUC, 1995.
- NICOLAU, Jairo. **A participação eleitoral no Brasil**. In: VIANA, Luiz Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ/UCAM, FAPERJ, 2002. p. 255-296.
- NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à Direita**. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A., 2020. 165p.

NICOLAU, Jairo. O triunfo do bolsonarismo. **Revista Piauí**, Edição 146, Novembro, 2018. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. Acesso em Julho, 2022.

REIS, Antonio Carlos Alkimin. **A participação eleitoral e seus correlatos socioeconômicos**. In: LIMA JUNIOR, Olavo B.(Org.). Sistema eleitoral. Teoria e prática. Rio de Janeiro, RJ: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 01, 2020. 34p.

VIANA, João Paulo S. L et al. **Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021. 136p.